

cedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho, um na carreira e categoria de Assistente Técnico e um na carreira e categoria de Assistente Operacional, para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso n.º 1221/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 02 de fevereiro e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, com Isa Rafaela dos Santos Ferreira, com data de início a 14 de novembro de 2016 e com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única da carreira/categoria de Assistente Técnico. Para os efeitos previstos nos artigos 45.º e 46.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri do período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Ema Eduarda Grazina Maltez, Assistente Técnica da Freguesia de Arrifana;

1.º Vogal Efetivo: Paula do Céu Bento Couceiro, Técnica Superior dos Recursos Humanos da Câmara de Vila Nova de Poiares, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal Efetivo: Teresa Margarida Carvalho da Silva, Assistente Técnica da Câmara de Vila Nova de Poiares;

1.º Vogal Suplente: Ana Lara Henriques de Oliveira Pimenta Damásio, Presidente da Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares;

2.º Vogal Suplente: João Pedro Vaz Pereira, Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares.

O período experimental inicia-se a 14 de novembro de 2016, terá a duração de 180 dias e será avaliado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (0,60 \times ER) + (0,30 \times R) + (0,10 \times AF)$$

sendo que:

CF — Classificação final;

ER — Elementos recolhidos pelo júri;

R — Relatório;

AF — Ações de formação frequentadas.

A avaliação final de período experimental traduz-se numa escala de 0 a 20 valores.

15 de novembro de 2016. — A Presidente da Freguesia de Poiares (Santo André), *Cristina Bela Esteves*.

310022212

## FREGUESIA DE PORTO COVO

### Aviso n.º 14775/2016

#### Conclusão de período experimental

Para os devidos efeitos e de acordo com o preceituado na Lei n.º 35/2014, torna-se público que, foi homologado em 07 de novembro de 2016, pelo presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo a conclusão com sucesso do período experimental dos trabalhadores: Cíntia Fontes Silva, Eliseu Amaro Gonçalves e Sara Andreia Amaro do Ó, para a categoria de assistente operacional, na sequência do

procedimento concursal comum, aberto por aviso n.º 1222/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 02 de fevereiro de 2016.

14.11.2016. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Cláudio Filipe dos Santos Coroa Rosa*.

310018893

## FREGUESIA DE SANTO ESTÊVÃO

### Aviso n.º 14776/2016

#### Alteração do júri do procedimento concursal

Por deliberação do órgão executivo de catorze de novembro de dois mil e dezasseis, foi aprovada a alteração do júri do procedimento concursal (referências A e B), publicado pelo Aviso n.º 10037/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 155, de 12 de agosto:

Presidente: Nelson Alexandre da Silva Norte, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão;

1.º Vogal Efetivo: Corina Maria Carvalho Custódio Batista, Secretária da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal Efetivo: Carlos Manuel Martins Fernandes, Membro da Assembleia de Freguesia de Santo Estêvão;

1.º Vogal Suplente: Vera Cristina Moreira Dimas Silva, Técnica na área dos Recursos Humanos;

2.º Vogal Suplente: António José Chaves de Moura Silva, Presidente da Assembleia de Freguesia de Santo Estêvão.

15 de novembro de 2016. — O Presidente da Freguesia de Santo Estêvão, *Nelson Alexandre da Silva Norte*.

310022942

## SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DE OEIRAS E AMADORA

### Aviso n.º 14777/2016

#### Consolidação definitiva de mobilidade interna

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por Deliberação do Senhor Presidente do Conselho de Administração destes Serviços Intermunicipalizados, datado de 26 de setembro de 2016 e após anuência concedida por Deliberação da Senhora Presidente Carla Sofia Pereira Andrade Neves da Junta de Freguesia da Venteira, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria, da Assistente Técnica, Paula Alexandra Dias Pereira, no mapa de pessoal destes Serviços Intermunicipalizados, nos termos do disposto no artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

9 de novembro de 2016. — O Diretor Delegado, *Nuno Campilho*.

310023355



## PARTE J1

### UNIVERSIDADE DE LISBOA

#### Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

### Aviso n.º 14778/2016

#### Procedimento concursal para recrutamento do cargo de direção intermédia de 3.º Grau, da Unidade de Gestão Académica

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de

dezembro e posteriormente alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, e pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, faz-se público que, por meu despacho de 24 de maio de 2016, no uso das competências previstas na alínea h) do n.º 2 do artigo 42.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa (publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 1 de março de 2016) se encontra aberto, procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau, da Unidade de Gestão Académica do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, que vai ser publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP), durante 10 dias úteis.

2 — A indicação dos respetivos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, dos métodos de seleção e da composição do júri, constará da publicitação na BEP, que se efetuará até ao 2.º dia útil, após a data da publicação do presente aviso.

3 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto Entidade Empregadora, promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no

acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 de outubro de 2016. — A Presidente do IGOT-ULisboa,  
*Prof.ª Doutora Maria Lucinda Fonseca.*

210026644



## PARTE J3

### FINANÇAS

Direção-Geral da Administração  
e do Emprego Público

Aviso n.º 14779/2016

Estatutos da Comissão de Trabalhadores da Câmara  
Municipal de Santarém — Alteração

#### CAPÍTULO I

#### Princípios gerais — Coletivo dos trabalhadores

##### Artigo 1.º

##### Coletivo dos trabalhadores

1 — O coletivo dos trabalhadores é constituído por todos os trabalhadores em exercício de funções na Câmara Municipal de Santarém, adiante designada por CMS.

2 — O coletivo dos trabalhadores organiza-se e atua pelas formas previstas nestes Estatutos e na lei, nele residindo a plenitude dos poderes e direitos respeitantes à intervenção democrática dos trabalhadores da CMS.

##### Artigo 2.º

##### Direitos e deveres dos trabalhadores enquanto membros do coletivo

São direitos e deveres dos trabalhadores os consagrados no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, no Código do Trabalho e demais legislação aplicável.

##### Artigo 3.º

##### Órgãos do Coletivo de Trabalhadores

São órgãos do coletivo dos trabalhadores:

- a) A Assembleia Geral de Trabalhadores, adiante designada AGT;
- b) A Comissão de Trabalhadores, adiante designada CT;

#### CAPÍTULO II

#### Natureza, competência e funcionamento dos órgãos

##### SECÇÃO I

##### Assembleia Geral de Trabalhadores

##### Artigo 4.º

##### Assembleia Geral de Trabalhadores

A AGT é o órgão constituído por todos os trabalhadores da CMS, reunidos em plenário previamente convocado, e é a forma de reunião e deliberação do coletivo dos trabalhadores, definida no 0.

##### Artigo 5.º

##### Competência da AGT

1 — Compete à AGT:

- a) Definir as bases programáticas e orgânicas do coletivo dos trabalhadores através da aprovação ou alteração dos Estatutos da CT;
- b) Eleger a CT, destituí-la a todo o tempo e aprovar o respetivo programa de ação;
- c) Controlar a atividade da CT e dos seus membros pelas formas e modos previstos nestes Estatutos;
- d) Apreciar e deliberar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pela CT;
- e) Apreciar e deliberar sobre assuntos apresentados pelos trabalhadores, desde que constem da convocatória, que deve ser feita nos termos destes Estatutos, ou da ordem de trabalhos aprovada; e
- f) Dirimir, em última instância, os conflitos ou resolver os diferendos entre os órgãos do coletivo, ou entre estes e os trabalhadores, podendo eleger comissões de inquérito para instrução e estudo dos processos com o propósito de habilitar a AGT a decidir de uma forma reta, justa e esclarecida.

2 — As propostas de extinção da CT, ou de destituição de todos ou de qualquer dos seus membros, devem ser obrigatoriamente referendadas através de votação direta, universal e secreta antes de submetidas a deliberação em AGT, de acordo com as disposições constantes do 0.

##### Artigo 6.º

##### Convocação da AGT

1 — A AGT será convocada pela CT, por iniciativa própria ou a requerimento de, pelo menos 100 ou 20 % dos trabalhadores da CMS.

2 — O requerimento, previsto no número anterior, deve ser dirigido à CT por escrito, fundamentando a reunião, devendo conter uma proposta de ordem de trabalhos.

3 — Deverá ser remetida, simultaneamente, cópia da convocatória ao órgão executivo da CMS.

##### Artigo 7.º

##### Prazo e formalidades da convocatória

1 — A CT deve fixar a data da reunião da AGT e proceder à sua convocatória no prazo máximo de 20 dias úteis contados a partir da receção do requerimento.

2 — No caso da convocatória resultar de requerimento de, pelo menos, 100 ou 20 % dos trabalhadores, a CT deve convocar a AGT para que se realize no prazo de 15 dias úteis, contados da data de receção do requerimento.

3 — A convocatória subscrita pela CT é divulgada em locais adequados para o efeito, sem prejuízo da utilização dos meios de comunicação interna instituídos pela CMS, com antecedência mínima de 10 dias úteis, salvo em assuntos de manifesta urgência, em que a antecedência mínima será reduzida para 48 horas.

4 — Da convocatória devem constar, obrigatoriamente, as seguintes indicações:

- a) Tipo, local, dia e hora de reunião;
- b) Número de presenças de trabalhadores necessários para a realização da reunião e sua vinculação, nos termos do 0 destes Estatutos; e
- c) Ordem de trabalhos da AGT.